

Espaço aberto

Sarney

## O sonho do medíocre

FERNANDO PEDREIRA



No seu discurso tão cheio de cifras e números, da outra terça-feira, números que o presidente teve o cuidado de traduzir em dólares, para melhor entendimento de sua platéia internacional (pois a verdade é que o presidente está sempre viajando, mesmo quando permanece entre as paredes do seu palácio brasileiro, e já não é mesmo raro que despache com os ministros da Casa em português e inglês...), no seu discurso tão cheio de cifras e números, um número houve, exatamente aquele que mais o preocupava, que o presidente não citou: os seis anos do seu mandato constitucional.

Pois aí está a verdade simples e simplória, a raiz do drama (que não chegou a haver) e da ênfase: zerada a Constituinte, desmoralizado o Congresso do seu parceiro e rival Ulysses, engolida a nova Carta pelo buraco negro da falta de quórum, só dois pilares da ordem institucional restariam: a figura do presidente, e a atual Constituição, que lhe dá seis anos e lhe permite governar jupiterianamente à força de decretos-leis.

O presidente falou na hora certa, na véspera da votação decisiva, mas tropeçou num outro número, que também preferiu não citar, embora seja na verdade o que hoje mais importa a brasileiras e brasileiros: a inflação de 24% ao mês (já descontado o imposto na fonte) que vai comendo por baixo os salários e estrangulando lentamente setores inteiros da economia e da população do País.

A inflação, aliás, a rigor não precisava mesmo figurar no discurso presidencial porque já estava implícita nele próprio, presidente. De fato, a inflação não é apenas um número. Ela é um índice: o sintoma mais forte, a expressão mais gritante de um estado de coisas político marcado pela crise de confiança e de credibilidade, pela demagogia e pela corrupção, pela inconsistência de um governo que, em três anos, teve mais ministros da Fazenda e presidentes do Banco Central do que todos os seus antecessores, em um quarto de século.

Há tempos, um desenho de Millôr Fernandes mostrava José Sarney de costas, abrindo a capa de chuva diante dos passantes apalermados, na atitude clássica do exibicionista, enquanto atrás dele um dos seus ministros, talvez o ACM, se precipitava. "Não, não, presidente! O senhor tinha antes de matar a cobra!" O mal de Sarney (e a infelicidade nossa), a raíz do seu malogro, ainda agora, no discurso anti-Constituinte, está aí: o presidente se exhibe para um público que sabe que ele não matou (e não vai matar) a cobra. Pior ainda: um público cada vez mais convencido de que o presidente é congenitamente incapaz de enfrentar a crise nascida, em boa parte, das suas próprias fraquezas.

Não seria demais dizer, aliás, que o próprio José Sarney, no âmago de si mesmo, está hoje igualmente convencido da sua impotência diante dos fatos econômicos. E talvez esteja aí, precisamente, um forte motivo de sua crescente obsessão com o tamanho do seu mandato.

O presidente é um político getuliano, no pior sentido da expressão. Sua preocupação dominante é prolongar-se no poder, é ganhar tempo e ir levando, na esperança de que as coisas um dia melhorem por si mesmas ou, quem sabe, sobrevenha uma convulsão, uma guerra, um acontecimento inesperado que lhe permita esticar-se no Palácio, até alcançar os 15 anos de Getúlio, até presidir as festividades da passagem do milênio, no ano 2000, e afinal morrer no po-

der, e ser enterrado com pompas napoleônicas.

É o sonho do medíocre: agarrar-se o quanto puder a uma posição alcançada por acaso. As glórias acadêmicas não bastam ao "nordestino do Maranhão", feito presidente "pela bondade infinita de Deus" (que oportunamente matou Tancredo). E eis aí como se invertem as coisas na cabeça tocada pela magia do poder. O presidente quer ficar, entre outras razões, porque seu governo está ruim e o dia de glória ainda não chegou. Para o povo, entretanto, José Sarney deve sair porque é ruim. Se fosse bom, se se tivesse revelado, em 1985-86, um governante capaz, sério e competente, não precisaria ter gasto o que gastou, em verbas e dinheiros públicos, para fazer os constituintes votarem contra seus compromissos e a vontade da grande maioria dos eleitores.

Em meados de 1986, ainda quando o Plano Cruzado parecia vitorioso, num almoço no Alvorada, este jornalista procurou sondar as intenções do presidente. Em novembro daquele ano iam eleger-se novos governadores, com mandatos até março de 91. Esses governadores, ou pelo menos os mais fortes dentre eles, aspirando à Presidência, teriam certamente todo o interesse em adiar o pleito presidencial para 1990 ou, na pior hipótese, para 1989. Não estaria aí uma brecha? Respondeu Sarney: "E, mas isso vai depender do meu estado de espírito".

Essa resposta intrigou os que a ouviram. Então, o prolongamento do mandato presidencial não ia depender da situação do País, do interesse nacional ou das inclinações da opinião pública, mas "do estado de espírito" do próprio interessado, isto é, do presidente? Por quê? Por uma razão muito simples: se o "estado de espírito" do presidente é favorável ao prolongamento do seu mandato, então é óbvio que, no seu espírito, esse prolongamento corresponde ao interesse nacional, às necessidades do País e aos sentimentos profundos dos verdadeiros patriotas. Getúlio nunca raciocinou e outra maneira.

Hoje — ninguém duvide —, dois anos depois de estourada a bolha de sabão do Plano Cruzado, o estado de espírito do presidente continua mais firme do que o Pão de Açúcar. Talvez por isso o governador Arraes, macaco velho, não se cansa de advertir os seus amigos: "Não subestimem o Sarney".

O que o governador não diz, entretanto, é que Sarney é temível menos pelos seus próprios atributos do que pela esqualidez moral que o cerca: o oportunismo de Ulysses e dos seus políticos; a ambição de governadores sem escrúpulos, nos grandes estados; a confusão e a ausência de lideranças verdadeiras na Constituinte — que se transformou numa espécie de monstruosa máquina de moer carne, moendo a paciência e a fé dos eleitores, enquanto ia triturando o que podia haver de novo e de promissor nos quadros políticos nacionais.

Que diria de tudo isso, se vivo fosse, o português Eça de Queirós? Ainda há dias, a Academia Brasileira de Letras rejeitou, por um voto, um Pacheco. A verdade, entretanto, é que não só a Academia, mas o governo e os partidos estão cheios de Pachecos. Mais um menos um, não faria muita diferença. O próprio Pacheco, aliás, ao menos no Rio, anda agora mais ativo na Receita Federal do que nas letras.

Teremos mesmo eleições presidenciais em 89? Se tivermos, parece cada vez mais claro que o desgosto e a repugnância do povo, diante do que hoje temos, acabará inevitavelmente trazendo de volta (imaginem!) Jânio da Silva Quadros.

É isso aí.

Fernando Pedreira é jornalista e ex-redator-chefe do Estado e do Jornal do Brasil.

Sarney, Jose

X